

Batistas: Liberais e Protestantes

Recensão do Livro *A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro*, de Israel Belo de Azevedo

(Piracicaba; São Paulo: Editora UNIMEP; Exodus, 1996, 344p.)

A escolha de um livro para avaliação é, em si, um reconhecimento do valor do mesmo. No entanto, uma avaliação que se pretenda crítica busca, antes, ampliar o caminho já trilhado pelo livro avaliado. Israel Belo de Azevedo é uma figura bastante conhecida na área educacional protestante. Mestre em teologia e doutor em filosofia, foi professor do Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil (RJ), fundador e ex-diretor do Centro de História Viva dos Batistas Brasileiros e tem se dedicado, nos últimos anos, à administração de universidades privadas, anteriormente a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e, atualmente, a Universidade Gama Filho (RJ). Tem várias obras publicadas, algumas das quais utilizadas como referência neste livro.

O livro é uma co-edição da Editora da UNIMEP e da Exodus Assessoria Editorial. A primeira é conhecida pelas produções que tem realizado no campo educacional e protestante, enquanto que a segunda é relativamente nova, se destacando com produções dirigidas especificamente para o meio protestante. Este livro foi originalmente a tese de doutorado do autor na Universidade Gama Filho sobre o

pensamento dos batistas da Convenção Batista Brasileira. O livro analisado aparece em sua primeira edição, e apresenta alguns pontos que devem ser destacados. Sua ficha catalográfica é clara, e funciona como um instrumento facilitador de identificação do livro, o que muitas vezes é desprezado pelos autores. O sumário contém, além da descrição dos capítulos, as listas de quadros e tabelas utilizadas pelo autor. As referências bibliográficas se dividem em quatro seções: fontes primárias, história das instituições e das idéias, periódicos e repertórios. O apêndice apresenta partes de algumas confissões de fé dos batistas, o que é muito útil, pois o autor as menciona no livro. Temos, ainda, um índice onomástico.

No entanto, existe um problema recorrente na obra. Acontecem erros de impressão, tais como artigos definidos trocados e palavras repetidas (p. ex. na p. 303), em passagens que exigem uma segunda leitura para seu entendimento. Contudo, estes problemas não descaracterizam o texto nem desqualificam a impressão, podendo ser corrigidos numa segunda edição.

No primeiro capítulo, o autor indica a relevância da pesquisa enfatizando o número de batistas no Brasil, hoje com um milhão de membros registrados, e o fato de seu pensamento ainda não ter sido alvo de muitos estudos. Estes motivos fizeram deste livro uma referência para aqueles que pretendem estudar os batistas e o protestantismo em geral. Não obstante, o livro chega exatamente num momento em que as igrejas batistas estão passando por uma redefinição identitária.

Sua tese é de que o pensamento batista brasileiro está organizado “a partir do grande movimento liberal europeu, da sua interação com a experiência colonizatória norte-americana e do seu embate contra o catolicismo no Brasil” (p. 278). Ou seja, o liberalismo e o protestantismo, juntamente com suas duas reinterpretações, pietista e puritana, são a base do pensamento batista brasileiro.

Nos quatro primeiros capítulos há uma definição dos termos da tese e um relato histórico da formação do pensamento batista. O autor identifica os batistas como herdeiros da Reforma protestante no século 16, principalmente pelo uso que estes fazem, em sua teologia, dos pilares reformadores: justificação pela fé, autoridade normativa da Bíblia e sacerdócio universal

de todos os crentes – os dois últimos posteriormente levados à radicalidade. Esta identificação redonda numa frase taxativa na abertura do segundo capítulo: “Os batistas são protestantes.” (P. 23.) Seguindo Wilhelm Dilthey, o autor entende a Reforma Protestante como uma continuidade histórica. Para ele, em história não há ruptura: “A Reforma é parte da ‘concatenação dos eventos espirituais do século 16’.” (P. 29.)

O autor vê na Reforma o nascimento de outros movimentos reformadores. A Reforma de Lutero, Calvino e Zwinglio tem um desdobramento na Reforma Anglicana. A esta o autor chama de “Segunda Reforma” (p. 63). Ou seja: a Reforma Anglicana que tinha como objetivo inicial a síntese do protestantismo com o catolicismo, por causa do puritanismo, acabou por reformar a Reforma. Segundo o autor, o entendimento do puritanismo como forte movimento inglês dos séculos 16 e 17 é fundamental para entender o protestantismo.

O livro segue a idéia de que o puritanismo atualizou o calvinismo valorizando a atividade humana sem negar a soberania de Deus. Para os puritanos havia um pacto entre Deus e o homem que os obrigava a cumprir sua parte. Isto é; Deus cumpriria suas promessas e o homem suas obrigações com Deus. Esta é a teologia do pacto, fundamental para a colonização e para o protestantismo norte-americano.

O autor apresenta os batistas como historicamente reformados, sabendo que estes, em geral, não aceitam tal designação. Este bloco de capítulos aponta para a ênfase na valorização do indivíduo nestes movimentos. Este individualismo representa a característica liberal com a qual o autor identifica os batistas brasileiros. Ou seja, o homem é livre, tem capacidade de receber a graça de Deus e é responsável por seus atos que, apesar da soberania de Deus que o predestina a partir da queda, são atos humanos. Este pensamento é a base para as reivindicações dos não-conformistas anglicanos e dos batistas: a união voluntária dos crentes, a defesa de igrejas locais e autônomas (no século 17, a questão da autonomia da igreja local já era uma marca batista) e a separação entre Igreja e Estado. Estas reivindicações contribuíram para a consolidação do princípio da liberdade religiosa.

A reformulação na doutrina da predestinação calvinista feita pelo arminianismo é outro fator de valorização do individualismo, posto que o calvinismo estrito via na incapacidade humana o motivo da predestinação. No arminianismo, a eleição acontece após a identificação, aceitação da salvação, do homem com Deus. Os batistas, que são puritanos em sua origem, aceitam esse calvinismo abrandado. Em 1644, data da primeira declaração batista formal, estes oscilavam entre o calvinismo e o arminianismo com uma teologia puritano-calvinista. Para o autor, esta confissão de fé de 1644, assim como outras, tinha um caráter apologético.

Foi nos Estados Unidos que o protestantismo calvinista e puritano sofreu transformações que iriam influenciar ainda mais o pensamento batista brasileiro. Vale ressaltar que o autor, ao manter a tese de continuidade histórica, aceita que os movimentos vão se adaptando, se reorientando, mas as marcas que adquiriram ao longo da história continuam. Ele explica a formação religiosa dos Estados Unidos a partir de um puritanismo, que comportava a devoção missionária (conversionismo) e uma relação íntima entre religião e vida prática (pietismo), o iluminismo e o metodismo. No caso norte-americano, a própria sociedade nasce calvinista, deísta e pragmática.

O protestantismo norte-americano manteve e criou ênfases puritanas. Para o autor, o pietismo é uma consequência do puritanismo com o qual interage. O que os pietistas queriam era “tirar a fé da tutela da experiência dos outros e colocá-la no espaço do indivíduo” (p. 97). A direção que o autor dá aos acontecimentos históricos vai no sentido de que todos os movimentos num instante são paralelos, noutro se entrecruzam, mas buscam o interesse do grande movimento liberal: a conquista das liberdades, sobretudo, da liberdade individual, esta exacerbada no pensamento batista.

Outro movimento que influenciou a sociedade e o protestantismo norte-americano foi o Grande Despertamento religioso, ou, na verdade, vários despertamentos ao longo de um século (1725-1825). Com o enfraquecimento do puritanismo e do calvinismo, os despertamentos traziam a dimensão espiritual como algo de grande valor, sobrepondo a fé à razão.

A maior contribuição para o protestantismo e a sociedade, segundo o autor, foi que os despertamentos rumavam para a fronteira com ênfase pietista, mensagem e método simples. Essa série de avivamentos religiosos pregou a revolução americana como “uma ação de Deus contra os maus” (p.110).

É neste contexto que uma nova teologia surge, valorizando o papel do homem na obra da redenção; a simplicidade da fé cristã; a ética como finalidade da religião; o cristianismo racional; o desprezo pela tradição e pelos condicionantes sócio-históricos da fé; a idéia de progresso como fundamental; e a relação homem-Deus como impessoal.

Dois fatos marcaram, segundo o autor, o crescimento batista neste período: a reafirmação da autonomia da igreja local e o landmarkismo. O landmarkismo é a doutrina que afirma as igrejas batistas como únicas autênticas igrejas de Cristo. Tal doutrina tem uma forte influência no pensamento batista brasileiro. Em última análise, o landmarkismo conseguiu isolar as igrejas batistas das outras. Ao final do século 19 o protestantismo norte-americano já se distinguia do europeu e se lançava ao mundo. No entanto, essa trajetória reafirma o caráter individualista da denominação batista.

Nos capítulos cinco e seis, o autor trata especificamente do modo de pensar protestante e batista no Brasil. O catolicismo, que era uma ameaça à religião civil norte-americana, no Brasil torna-se sinônimo de atraso e impedimento ao progresso, tanto para missionários protestantes quanto para liberais brasileiros. O projeto protestante para o Brasil era de salvação das almas e do país. Isto passava pela conquista da liberdade de expressão e pela separação entre igreja e Estado.

Para o autor, o individualismo liberal é o princípio norteador dos protestantes no Brasil. Um liberalismo influenciado pelo puritanismo e pelos avivamentos norte-americanos. A experiência religiosa é o norte para toda vida social do crente. A Bíblia é a fonte que traz a certeza da vida e a vontade de Deus. Assim, “o modo protestante de pensar é um modo liberal de pensar” (p.187).

Os capítulos de sete a nove podem ser sintetizados em duas citações do autor. A primeira é a epígrafe do livro, citação de Locke que diz: “O cuidado da alma de cada homem pertence a

ele próprio e deve ser deixado por conta dele. (...) Além disso, mesmo Deus não salvará os homens contra a vontade deles.” (P. 6.) E a segunda é de A. B. Langston, teólogo batista e missionário no Brasil: “O princípio por excelência em que se aprofundam a vida e o pensamento batista é o princípio do individualismo. Toda a sua vida e todo o seu pensamento advêm deste princípio.” (P. 225.)

Estas citações mostram que o caminho percorrido desde os tempos de Locke até Langston marca o pensamento batista até nos dias atuais. Esta coesão de pensamento é facilitada por um amplo controle denominacional mantido pela prática religiosa dominical, pelos seminários e concílios ordenatórios e pelo material impresso que circula nas igrejas, o que, de certo modo, acaba negando este princípio batista. O indivíduo continua competente em relação a sua alma, porém, a nível moral, a igreja local é quem decide o comportamento do indivíduo.

O autor classifica a teologia batista produzida no Brasil de bíblica, supranacional, apologética, utilitária e pedagógica. Na verdade, não se pode falar em teologia produzida no Brasil, mas antes reproduzida. Uma marca liberal no pensamento batista, desde seus primórdios, é o argumento de que o batismo de uma criança é uma violência contra o indivíduo que ainda não tem consciência de tal ato.

O autor coloca as cinco hipóteses que orientaram sua pesquisa: 1) os eixos da reflexão batista têm em torno de si a exacerbação da experiência de conversão, do papel da igreja local e a produção teológica como secundária; 2) estão no eixo teológico batista o transcendentalismo e o individualismo; 3) a moralidade é tida como valor da fé e define as relações sociais; 4) a ética sintetiza vários princípios batistas; 5) o pensamento batista é oriundo de três matrizes: o liberalismo, o pietismo e o puritanismo. Para finalizar, o autor explica que o pensamento batista comporta aproximações e afastamentos do liberalismo. As aproximações são decorrentes da ênfase no individualismo e os afastamentos são referentes a sobreposição da razão à fé.

A pesquisa demonstra um tratamento muito criterioso com as fontes, o que valoriza o trabalho. Como já foi dito, é realmente

uma referência em estudos sobre os batistas. Ajuda a definir muitos parâmetros sobre a identidade denominacional batista. No entanto, há alguns pontos que devem ser discutidos.

O autor não se posiciona numa questão importante para a compreensão da origem batista no Brasil. Nas páginas 192 a 194, ele afirma que os batistas norte-americanos tiveram três entradas no Brasil. A primeira foi por um missionário que ficou menos de nove meses no país. A segunda quando colonos incentivados pela propaganda do governo brasileiro organizaram a primeira igreja batista em Santa Bárbara (SP) no dia 10 de setembro de 1871. Na terceira, quando os missionários norte-americanos fundaram a igreja batista em Salvador (BA) em 15 de outubro de 1882, sendo esta oficialmente aceita como a primeira igreja batista no Brasil.

O posicionamento oficial da denominação sobre a origem do trabalho leva em conta que a igreja de Santa Bárbara (SP) não é fruto da Junta Missionária de Richmond. No entanto, se levado às últimas conseqüências, isto implica uma negação do princípio batista de autonomia da igreja local. Como foi explicitado no livro, os batistas têm a igreja como uma comunidade de pessoas regeneradas e batizadas biblicamente (imersão). Se a primeira igreja batista no Brasil é a de Salvador, então a tutela da Junta de Richmond é que faz a grande diferença para este posicionamento contrário aos princípios batistas.

Um segundo ponto que merece ser destacado é a referência textual que o autor faz da autonomia das igrejas locais, da democracia representativa e do sistema congregacional. É sabido que a coesão das igrejas batistas muitas vezes foi mantida por coerção e não por “associação voluntária”. Na prática, existe uma tendência de uniformização das igrejas. Mas, como diz o autor, “o livre-exame continua afirmado e de tal modo que o controle é tênue, pois há sempre a possibilidade de ampliação da pluralidade, com a formação de uma nova igreja, ainda que batista” (p. 310).

Como mais uma contribuição, o autor deixa em aberto algumas possibilidades de pesquisa adicional: o Movimento de

Diretriz Evangélica como uma corrente marginal no meio batista brasileiro e a discussão que houve no Jornal Batista (durante o governo de Getúlio Vargas) em torno do ensino religioso facultativo nas escolas públicas.

*Luther King de Andrade Santana
Pastor batista; mestrando na Pós-Graduação em
Ciência da Religião/UFJF*